

30 anos da Associação Portuguesa de Linguística ou *A entrada na vida adulta*

João Costa

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa

Mais do que começar por agradecer o convite que me foi feito para fazer esta evocação dos 30 anos da nossa Associação Portuguesa de Linguística, quero repetir à frente de todos o que disse ao João Veloso, quando ele me fez este gentil convite: “olha que eu já entrei na história a meio... Não vivi a história toda! Só comecei a pôr águas em mesas em 1990”. Ele disse-me que a Direção pretendia exatamente que esta evocação fosse feita por alguém que não tivesse estado envolvido desde o início. Por me considerar um linguista que muito tem beneficiado do que foi e é a APL, resolvi aceitar com gosto o convite para estar aqui hoje, propondo uma reflexão que é necessariamente pessoal e que pecará, certamente, por insuficiente e por não fazer justiça a tudo o que esta Associação tem dado a tantos investigadores.

Qualquer evocação minimamente bem feita deve fazer referência aos *founding fathers* e ao seu desejo quando conceberam a Associação Portuguesa de Linguística.

Nesta evocação, lembrarei (não os podendo reviver) alguns momentos importantes do 1.º Encontro de Linguistas Portugueses, de 1984, tecerei alguns comentários sobre o que uma comparação entre os programas do 1º e do 30º Encontros Nacionais nos diz e lembrarei alguns passos dados pela APL na sua passagem para a idade adulta.

Nas palavras do texto de abertura do 1º Encontro de Linguistas Portugueses, que se realizou na Faculdade de Letras de Lisboa entre 2 e 4 de outubro de 1984, disse a Professora Maria Helena Mateus:

“É com emoção e entusiasmo [não poderia ser de outra forma, tratando-se da Maria Helena] que digo algumas palavras no momento em que se inicia o I Encontro de



Linguistas Portugueses. O projeto nasceu há cerca de seis meses e foi acolhido com entusiasmo, por corresponder ao desejo que desde há muito sentíamos de nos encontrarmos, de nos sabermos nas dificuldades, esperanças, trabalhos realizados e perspectivas futuras. [Permitam-me destacar esta passagem] Necessário era que chegasse o dia em que passássemos do envio simpático dos livros e dos artigos às palavras conviventes.” Continua “Tratando-se de um primeiro Encontro, julgámos que deveria caber parte importante à troca de informações mútuas; e julgámos ainda que se não justificaria o esquema clássico das secções diferenciadas para apresentação de comunicações, visto nunca termos discutido em conjuntos os aspectos fundamentais da investigação e do ensino a que nos dedicamos”.

A promoção de reflexão conjunta e de partilha de informação entre os linguistas, acantonados nas suas instituições, foi, portanto, o pontapé de saída para este Primeiro Encontro.

O encontro organizou-se em três mesas redondas precedidas da apresentação das várias instituições participantes: uma sobre “O Ensino da Linguística na Universidade”, presidida pelo Prof. Paiva Boléo (primeiro “Sócio de Mérito da APL”), outra sobre “Perspectivas de Investigação em Linguística Teórica”, presidida pelo Prof. Lindley Cintra, e outra sobre “Linguística e Ensino da Língua Materna”, presidida pelo Prof. Óscar Lopes. (Só a referência a estes grandes nomes faz-nos pensar como a história desta Associação já tem uma característica fundamental de qualquer história que se preze: um belíssimo conjunto de heróis!)

Vale a pena destacar a atualidade de algumas das intervenções em cada uma destas mesas e na sessão que as precedeu.

Numa primeira intervenção, diz Carlos Guimarães, da Faculdade de Letras de Coimbra: “Nos relatórios apresentados pelas diferentes instituições não houve (...) referências às infraestruturas de apoio à investigação, nomeadamente às bibliotecas e aos laboratórios de fonética: tendo em conta as dificuldade de aquisição de bibliografia Linguística e a necessidade de otimizar os fundos existentes, proponho que seja iniciada a centralização catalográfica da bibliografia Linguística existente nas bibliotecas portuguesas.” “Proponho que se estudem medidas de cooperação entre diferentes instituições,



permitindo tornar operacionais os meio de apoio laboratorial ao ensino e à investigação da fonética”. A este propósito, Óscar Lopes apontou que “(...) a colaboração entre Centros pode ajudar a resolução de problemas. (...) Realmente, as dotações são tão poucas que nós temos de nos amparar reciprocamente de modo a que nos seja possível fazer alguma coisa”.

Na introdução ao painel sobre o “Ensino da Linguística na Universidade”, o Prof. Paiva Boléo citou Otto Ducaček, sugerindo que “Nós sublinhamos que para um desenvolvimento feliz e frutuoso da Linguística precisamos de uma colaboração pacífica. Discutamos mas não aterrorizemos ninguém. Formemos grupos que unam os investigadores que têm ideias e fins comuns, mas procedamos de maneira que esses grupos não se tornem clãs hostis.” [Voltarei ao terror mais adiante]. Nesta mesa, discutiram-se questões como o lugar do ensino da Linguística em Portugal, o perfil de formação em Linguística, a necessidade e viabilidade da criação de Departamentos de Linguística, o elenco de disciplinas relevante para uma formação em Linguística, as tendências atuais da formação em Linguística, o papel da formação Linguística noutros perfis de formação. No debate que se seguiu a esta mesa redonda, o Prof. Óscar Lopes interveio, propondo uma reflexão sobre o peso da formação Linguística nos cursos de Letras e sobre a importância de desenvolver uma “teoria aplicada do texto” na formação dos licenciados. É importante notar que muita da discussão se orientava para o papel da Linguística na formação de professores – saída profissional óbvia dos cursos de letras – e que, como então sugerido pela Prof. Ana Maria Brito, devia ser atribuição dos linguistas a definição do perfil de formação Linguística dos professores.

A mesa seguinte foi sobre “Perspetivas de Investigação em Linguística Teórica”, moderada pelo Prof. Lindley Cintra, que disse, na sua introdução: “Tratando-se de Linguística teórica, não preciso fazer aqui, nem seria oportuno estar a fazer uma introdução. Todos sabem do que é que se trata.” Curiosamente (ou não), o debate que se seguiu a esta mesa redonda revelou os maiores desacordos sobre o papel da teoria (na relação com a descrição), a definição da teoria (por oposição a movimentos especulativos), o papel das metodologias, a definição de critérios para seleção de teorias Linguísticas e sobre critérios para avaliação de teorias Linguísticas. Trata-



se de uma discussão riquíssima, que vale a pena ler e que, como referirei mais adiante, se mantém atual. Nesta mesa redonda, apontou-se a necessidade de haver conhecimento sobre o que se investiga e escreve nos vários centros e faculdades do país. No embrião da APL, adivinhava-se já que a Linguística Portuguesa se poderia marcar pela diversidade teórica, fundamentada ou, de forma mais grave para a disciplina, pela incapacidade de confronto entre perspectivas teóricas diferentes porque já todos saberíamos do que se trata.

Finalmente, a mesa sobre “Linguística e Ensino da Língua Materna”. Nesta mesa, houve cinco intervenções: Dulce Rebelo relacionou a aquisição da língua materna e a aprendizagem da leitura; Fátima Carvalho ofereceu uma reflexão sobre o papel da Linguística no ensino, terminando a sua comunicação com a proposta de elaboração de um “glossário” (talvez não sonhasse com a natureza incendiária desta proposta); Joaquim Fonseca defendeu a implicação da Linguística no ensino, por oposição a aplicação da Linguística ao ensino; Maria Helena Mateus manifestou a sua preocupação pelo facto de, no ensino da língua, se poder estar a pedir que ensine língua quem não tem um conhecimento suficientemente aprofundado; finalmente, Maria José Ferraz refletiu sobre o papel da Linguística na formação dos professores apelando a que “os linguistas se não enclausurem na sombra dos seus gabinetes, gozando o prazer pessoal de descobertas que a procura sistemática possibilita, mas que estejam connosco, professores de Português, na discussão de propostas, na procura de soluções para os grandes problemas que se põem a todos quantos amam e querem fazer amar a Língua Portuguesa.”

A atualidade dos temas destas mesas é flagrante.

Há 30 anos discutia-se o papel da Linguística nas Universidades. Hoje, mais do que nunca, esta discussão deve ser tida pelas instituições que formam linguistas. Em 2014 já não estamos apenas a formar professores do ensino básico e secundário, porque essas portas estão bastante fechadas, mas precisamos de saber o que estamos a formar exatamente. Que tipo de competências se espera que tenha um licenciado em Ciências da Linguagem ou que tipo de competências mínimas se recomenda que um licenciado em Línguas tenha? Hoje, mais do que há 30 anos, as comunidades de linguistas cresceram e as nossas instituições especializaram-se nos seus domínios de atuação. Ainda a semana passada, uma candidata a doutoramento me veio dizer que queria estudar Aquisição da Fonologia e eu recomendei-lhe uma conversa com a Maria João



Freitas. Teremos verdadeira noção do que se faz nas diferentes instituições e da rede que se pode constituir? Há 30 anos não existia um monstro chamado Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior que, um pouco em contracorrente, obriga a processos de avaliação com uma carga burocrática avassaladora e sem deixar energia para que os especialistas se encontrem em exercícios de reflexão conjunta sobre a formação que importa conferir.

Há 30 anos os linguistas juntaram-se para discutir a investigação em Linguística teórica. Cada – chamemos-lhe assim – comunidade teórica se reproduziu e aumentou de tamanho, fechando-se num diálogo que tem permitido uma especialização cada vez maior, mas que também viabiliza que não haja margem para um exercício franco de discussão entre modelos teóricos, com o risco que isto acarreta de se eliminarem – por falta de comparência – os trabalhos de avaliação comparada de modelos teóricos. Esta falta de discussão não é boa para a área – permite que modelos errados cresçam por falta de discussão, permite o desconhecimento de descrições feitas em modelos teóricos distintos e permite que a Linguística se apresente numa versão pós-moderna de ciência em que tudo depende de qualquer coisa e em que a opinião e as premissas valem mais do que qualquer exercício de argumentação validado pelos princípios elementares do que é fazer ciência. É, pois, relevante, na minha opinião, que se reabram alguns debates para conseguirmos conjuntamente identificar temas de investigação e que modelos respondem a que perguntas.

O debate no 1.º encontro enfatizou a necessidade de partilha de recursos na investigação. Voltarei a esta questão adiante. Não há hoje vontade política de investir na ciência. Nos últimos 4 anos, perdemos projetos, investigadores, bolsheiros de doutoramento e de pós doutoramento. O financiamento foi cortado e a avaliação em curso ameaça-nos com mais cortes no financiamento e com o encerramento injustificado do Centro de Linguística da Universidade do Porto. Os cortes que temos sentido nos últimos anos põem-nos a todos em maus lençóis e a partilha de formação, informação e recursos não são já apenas um desejo, mas uma necessidade para a sobrevivência da investigação em Linguística.

Há 30 anos, o 1.º Encontro de Linguistas Portugueses manifestou a necessidade de rever o que se faz nas escolas quando se ensina língua. Foi feito muito trabalho desde 1984 e vale a pena evocar aqui o trabalho paciente (porque é preciso muita paciência neste domínio) de várias



pessoas, destacando as Profs. Inês Duarte, Fernanda Irene Fonseca, Raquel Delgado Martins, Inês Sim-Sim, que insistentemente foram tornando os técnicos e os decisores políticos conscientes da necessidade de ouvir os linguistas na tomada de decisão sobre conteúdos e estratégias no ensino da língua materna. Infelizmente, o caminho dos políticos é muito mais errático do que dos cientistas e a razoabilidade e a nulidade tornam-se muitas vezes sinónimos na atuação de alguns. Só assim se explica que, 30 anos depois, se tenha escolhido deitar fora tanto trabalho feito apenas porque sim e que o resultado de uma pronúncia em consulta pública sobre os novos programas de português do secundário tenha sido o insulto ao Presidente da Associação Portuguesa de Linguística. Felizmente, os governos e os ministros duram menos do que as sociedades científicas e mantém-se a esperança de que o caminho errático da governação volte atrás e permita retomar muito do trabalho que agora está desperdiçado.

O 1.º Encontro terminou com uma espécie de “manifesto”. Vale a pena, passados 30 anos, saber se estamos a honrar os compromissos dos nossos *founding fathers*. Vejamos o que então foi proposto nas conclusões do Encontro:

“1. Os participantes do 1. Encontro de Linguistas Portugueses aprovam a criação da Associação Portuguesa de Linguística – APL (Proposta aprovada por aclamação). [Até aqui tudo bem]

2. A APL, que agora se constitui, considera tarefa primordial a progressiva criação de Departamentos de Linguística nas Faculdades da área das Ciências Sociais e Humanas, os quais poderão propor, a médio prazo, licenciaturas em Linguística.

3. Tendo em contas as preocupações demonstradas durante o Encontro relativamente à formação Linguística básica, quer dos futuros profissionais de ensino da Língua, quer dos futuros investigadores e docentes de Linguística, (...) os participantes (...) propõem que estes cursos sejam reformulados no que diz respeito às cadeiras de Linguística. (...) [Segue-se um conjunto de propostas específicas, que incluem a introdução de cadeiras, e a inserção da Linguística nos currículos dos cursos de Ciências Sociais e Humanas, privilegiando-se o ensino da Linguística nas suas múltiplas relações interdisciplinares].

7. Deve ser elaborada (...) uma Terminologia Linguística que possa servir como material de apoio ao Ensino do Português.



8. A APL considera sua tarefa, em colaboração com a Associação de Professores de Português, discutir uma reformulação do estudo da língua portuguesa nos currículos do Ensino Básico e Secundário (...).

9. Deve proceder-se ao apetrechamento das Faculdades da área das Ciências Sociais e Humanas em que se ensina Linguística e dos Centros de Investigação com os instrumentos de trabalho indispensáveis à realização de investigação, sem o que a pesquisa sobre a linguagem e as línguas – particularmente o português – ficará preocupantemente empobrecida.

(...)

Devem ser criadas condições para o recrutamento de pessoal auxiliar de investigação para as referidas instituições.

Deve ainda proceder-se à abertura de lugares de investigadores em tempo inteiro nos Centros de Linguística, necessários para a vitalização da actividade científica”.

11. Deve realizar-se pelo menos um encontro anual dos linguistas portugueses, que se constitua em espaço de informação, debate e confronto científico, através da apresentação das investigações em curso.”

De uma forma geral, podemos dizer que, no que dependeu exclusivamente da comunidade científica, foi dado bom cumprimento às propostas dos fundadores.

Num exercício simples, é interessante comparar os programas do 1.º e do 30.º Encontros Nacionais e ver o que estes programas nos dizem sobre a evolução da Linguística em Portugal.

No 1.º encontro, em 1985, para além de uma Mesa Redonda sobre o ensino da Linguística, foram apresentadas 20 comunicações. Se fizermos o levantamento das áreas, é possível observar que havia 4 comunicações em sintaxe, 5 em semântica, 3 em teoria do texto, 2 em psicolinguística, 3 em política de língua e as restantes avulsas. Não houve fonologia, nem fonética, nem morfologia, apenas uma comunicação de Linguística histórica. Hoje temos o triplo das comunicações, uma cobertura de quase todas as áreas da Linguística. Num plano meramente formal, é interessante ver que, ao contrário do que aconteceu no primeiro encontro, há agora uma maioria de comunicações apresentada em coautoria. Das 60 comunicações, 34 (mais de metade)



resultam de coautorias. Não é por acaso que destaco este pormenor das coautorias. A coautoria atesta a maturidade de uma área científica e a APL tem tido, ao longo destes 30 anos, este duplo papel de potenciador de maturidade e de testemunho da maturação da Linguística.

Os estudos numa determinada área começam sempre por ser trabalhos individuais, produto de reflexões autónomas de curiosos que, quando são mestres, conseguem fazer escola e contagiar os mais novos com o resultado do seu trabalho. Lançam-se, assim, questões que interessam a grupos cada vez maiores e percebe-se que só é relevante a investigação que suscita interesse nos pares. Há, portanto, questões partilhadas e, por haver questões partilhadas, há projetos comuns e equipas que se formam em torno de questões. A APL, enquanto fórum de discussão do trabalho em Linguística, tem permitido que a Linguística cresça desta forma, sendo o embrião de muitos trabalhos conjuntos. O amadurecimento de uma área mede-se, também, pela capacidade de internacionalização que tem. Partimos, em 1984, de um trabalho com pouca visibilidade internacional e fizemos um percurso rápido e eficiente, potenciado por recursos que foram colocados ao nosso dispor sobretudo nos últimos 15 anos. A Linguística começou a sua internacionalização através de contactos com França, Espanha e os países de língua portuguesa, sendo de destacar o Brasil. Hoje, somos uma área com um grau de internacionalização superior a muitas outras nas Ciências Sociais e Humanas e isto deve-se, também, ao hábito que foi criado pela APL de submetermos o nosso trabalho à avaliação uns dos outros e a esta promoção de reflexão conjunta. Deve-se também ao convite a investigadores estrangeiros para participarem dos nossos encontros e pela dinamização de eventos internacionais através da Associação.

Aos 30 anos, podemos dizer que a Associação Portuguesa de Linguística é uma jovem adulta. Como jovem adulta, passou por várias fases de crescimento.

Começa com uma infância feliz, em que, como já aqui lembrei, se fizeram planos para o futuro, se traçaram sonhos e desígnios para a comunidade científica. Não vale a pena esconder que, na sua pré-adolescência e adolescência, a APL teve as dores próprias do crescimento. Sabemos que é nesta idade que se dão as grandes fúrias e manifestações de revolta. Nos anos 90, a APL era o palco mais aterrador para se apresentar uma comunicação. Posso dar o meu testemunho pessoal: por qualquer razão que não sei explicar, falar em público nunca me pôs particularmente nervoso e nunca encarei a apresentação de uma comunicação como um fator



gerador de ansiedade. Porém, quando apresentei a minha primeira comunicação na APL, senti essa ansiedade e nervosismo de que me falavam nestes contextos. Já tinha uma experiência ampla de comunicações, mas também já tinha assistido na APL a discussões em tons e registos que não se adequavam a um encontro científico. Entre nós, mais jovens, falava-se da APL como um lugar a evitar, porque poderíamos tropeçar num dos “mais velhos” que nos poderia “cilindrar” no período de discussão das nossas comunicações. Passou-se deste estado de terrorismo adolescente para uma fase, também triste mas típica de uma adolescência mais tardia, em que alguns diziam: “a APL é um bom fórum para estudantes que estão a começar”. Este não seria, portanto, o palco para estrelas (às vezes cadentes). Foi a fase de negação dos pais. Não quero ser visto no espaço em que cresci e me formei, porque podem pensar que ainda sou uma criancinha. Felizmente, também esta fase passou, muito graças a um conjunto sólido de investigadores *habitués*, que não passaram esta fase e nunca deixaram de cumprir a tradição anual de vir aqui partilhar pelo menos algumas novidades do seu trabalho.

Os últimos anos – a entrada na idade adulta, vencidas as crises de crescimento - têm sido de robustecimento e de afirmação da seriedade da APL. Foram dados passos muito importantes para a credibilidade da Associação e refiro apenas alguns deles. Internamente, foi instituída a avaliação de resumos para constituição do programa do encontro. Mais tarde, deliberou-se que haveria publicação de textos selecionados e não de atas, submetendo cada texto a novo processo de avaliação. Optou-se, também, apesar da publicação, pela disponibilização das atas e textos selecionados em acesso livre, para dar maior visibilidade aos produtos da APL. Nenhuma destas mudanças foi simples e todas elas encontraram resistências em assembleias gerais com discussões bastante acesas. Ainda recentemente se voltou a reacender o papel da avaliação e da seleção para a publicação, o que atesta não só a relevância destas decisões, mas sobretudo o que custou implementá-las. Parece-me que hoje já estamos no estado normal de qualquer sociedade científica madura: os avaliadores são sérios, os avaliados recebem comentários e aborrecem-se quando os leem, vociferando momentaneamente contra os avaliadores que são inerentemente injustos, os resultados são anunciados e tudo isto é encarado com normalidade, por fazer parte dos processos normais de avaliação em ciência.



Também nesta fase, a APL afirmou-se pela sua associação na organização de grandes conferências internacionais. A APL trouxe a conferência GLOW às universidades do Minho e do Porto, sob presidência da Pilar Barbosa e foi através da APL que se organizaram o Colóquio de Gramática Generativa e a Conferência GALA. Serviu, assim, a APL de instrumento de internacionalização da comunidade científica. O papel que a Isabel Hub Faria teve nesta afirmação da Linguística como ciência autónoma e na relação com outras ciências deve ser enfatizado.

A afirmação da APL passou também pela sua presença enquanto entidade consultada em vários processos de enorme relevância para a sociedade, como a elaboração de programas para o ensino básico e secundário, a elaboração de exames e provas de aferição, o debate em torno do Acordo Ortográfico ou a elaboração de algumas políticas científicas. Ser consultado não significa, obviamente, ser ouvido e muitas vezes nos lamentámos por termos sido mais consultados do que ouvidos.

Permitam-me agora que volte a questões de conteúdo. A APL é, de certa forma, uma mostra da produção científica na Linguística portuguesa. Nesse sentido, é bom observar que o que fazemos tem acompanhado o que se faz no mundo. Ilustro isto com aquilo que acho que sei fazer: sintaxe. Nos anos 80, no início da Associação, estávamos no rescaldo da publicação das “Lectures on Government and Binding” por Chomsky. Existia um modelo claro, apesar de ainda não terem sido claramente enunciados os fundamentos do modelo, como veio a acontecer na publicação do “Knowledge of Language” (o meu livro favorito do Chomsky). Neste contexto, os trabalhos apresentados no primeiro encontro refletem a aplicação deste modelo a construções específicas: Ana Maria Brito tratou propriedades das orações relativas, explicando variação interlinguística em termos de propriedades anafóricas dos pronomes relativos e derivando algumas propriedades das relativas da Teoria do Caso. Manuela Ambar analisou as estruturas de inversão em interrogativas, discutindo as necessidades de regência de diferentes constituintes nulos e a gradação na força referencial das categorias vazias. Na comunicação de Inês Duarte e Gabriela Matos, estudaram-se as propriedades do “se” impessoal, atribuindo-se a sua distribuição à ideia de que “se” absorve caso nominativo e papel temático. Estamos nos anos 80 e é a testagem do poder descritivo e explicativo de um conjunto alargado de ferramentas assumidas no



modelo o que anima os sintaticistas. Quando olhamos para os textos selecionados da década seguinte, encontramos uma muito menor partilha de suposições e uma muito maior diversidade nas análises propostas, o que é consequência de muita indefinição gerada pelo quadro minimalista. Na última década, tornou-se evidente que uma compreensão do que é o conhecimento sintático passa por um conhecimento mais sério das relações entre a sintaxe e as outras componentes da gramática e pelos mecanismos associados ao processamento e desenvolvimento da linguagem. Os desenvolvimentos recentes do quadro da Biolinguística colocam na ordem do dia a interação entre o nível computacional, a que dão resposta os modelos teóricos de formalização linguística, o nível algorítmico, que põe enfoque nos procedimentos para o processamento da linguagem e o nível implementacional, que nos dá informação sobre a realidade neurofisiológica das estruturas linguísticas. Neste quadro, em que as línguas são tomadas como organismos biológicos, importa perceber exatamente como as línguas evoluem, porque variam e porque mudam, bem como entender como interagem com outros sistemas psicomotores do nosso organismo. Em linha com estes desenvolvimentos recentes, vemos crescer nos últimos anos o interesse pelo trabalho em processamento, sobre a aquisição e desenvolvimento das línguas, sobre a comparação entre populações (como na aquisição de L1, L2, perturbações de desenvolvimento e adquiridas e língua de herança), vemos crescer o interesse pelos métodos experimentais, a necessidade de estabelecer *corpora* com processos de etiquetagem mais rigorosos e a necessidade de interpretar formalmente processos de mudança e de variação linguística. Quando olhamos para o programa do 30.º Encontro, é evidente que a investigação que a nossa comunidade faz está em linha com as tendências atuais da Linguística contemporânea.

Esta pequena excursão pelo mundo da sintaxe contemporânea pretendia apenas destacar este papel que a APL sempre teve: o de constituir um fórum de discussão que, ao contrário do que muitos querem fazer crer, iguala em qualidade muitas das principais conferências internacionais.

Vale a pena terminar esta evocação dos 30 anos da APL olhando para o futuro. Estando agora em idade madura, mas ainda em idade fértil, talvez este momento de paragem para celebrar possa também ser momento de paragem para pensar o que se pretende desta Associação.



Quando voltamos ao conjunto de propostas dos fundadores da Associação, podemos ver que fomos criados com um estatuto duplo. No papel, somos uma sociedade científica, mas no tipo de propostas fomos criados como uma “ordem”, que deseja agir em conjunto – colocando em reflexão partilhada a “classe” dos linguistas – para tomadas de posição sobre políticas e decisões sobre formação, investigação e política de língua.

Se, como referi atrás, somos consultados ao sabor de quem governa, talvez não tenhamos ainda conseguido que nos olhem com o “temor” devido (no sentido religioso do termo). Parece-me que a APL pode ser uma voz ainda mais presente na sociedade, emitindo pareceres regulares sobre todas as matérias que se relacionam com a língua. Preocupa-me que, por vezes, mais depressa sejam ouvidas entidades como o “Ciberdúvidas” ou o “Observatório da Língua Portuguesa” do que a Associação que reúne quem estuda verdadeiramente a língua.

Hoje, as Ciências Sociais e as Humanidades estão em risco. Os documentos emanados da Comissão Europeia sobre ciência e inovação, avidamente apropriados e adotados pelas entidades nacionais, falam de “especialização inteligente” e de impacto na economia, colocando fora da equação disciplinas como as nossas. Nós sabemos o verdadeiro impacto de um trabalho apurado sobre língua para a formação de diferentes classes profissionais. Sabemos o potencial da formação Linguística, mas por vezes, até dentro das nossas instituições, temos dificuldade em afirmar a sua relevância. Somos ainda vistos como aqueles que trabalham numa ciência misteriosa, como a Henriqueta Costa Campos dizia na brincadeira, e nem os nossos colegas mais próximos entendem o que fazemos. O risco de apagamento de áreas científicas inteiras só pode ser contrariado pela pró-atividade dessas áreas. Temos de ser nós a responder a perguntas como: “Como seria uma sociedade sem linguistas?” “Se ninguém estudasse Linguística, quais seriam as consequências?” A visibilidade do nosso trabalho já motivou que se organizasse uma mostra de Linguística, mas é urgente que haja respostas claras a estas perguntas antes que alguém – algum eurocrata esperto (com s) – dê as respostas por nós.

Para este fim, contribuirão certamente atividades de divulgação da investigação em Linguística. Seria importante que conseguíssemos ter verdadeira divulgação séria do que fazemos, à semelhança do que fazem os físicos ou os matemáticos. Uma sociedade científica



como a APL pode, se quiser, assumir como responsabilidade sua garantir que a opinião pública não é tão desinformada sobre língua.

Deixo para o fim o que me parece ser o trabalho mais importante a fazer nos próximos anos: a consolidação da internacionalização da Linguística portuguesa e a captação de fundos para a investigação. “internacionalização” é um termo estafado e já reviramos os olhos de cada vez que nos falam dele. A verdade é que os nossos pares não estão apenas em Portugal e que os fundos nacionais são miseráveis, usando-se a palavra “excelência” – também estafada – para limitar o financiamento sob pretexto de só se financiar o que é excelente. É por isso que é preciso olharmos para fora, para podermos sobreviver internamente.

O quadro em que nos movemos é paradoxal. As instituições são empurradas para uma competitividade absurda, medem-nos a toda a hora, a produtividade é quantificada com métricas mais ou menos absurdas, ao ponto de estarem a nascer movimentos como o *slow science*, que privilegia a valorização do trabalho científico refletido e amplamente validado antes de ser publicado. Esta competitividade não é compatível com o robustecimento de uma área científica num país com a dimensão de Portugal, que só se consegue pela colaboração interinstitucional.

Parece-me, pois, que é absolutamente fundamental que se estabeleça uma rede nacional que potencie a colaboração entre centros, que fomente a partilha de recursos, que preveja a associação para doutoramentos, que estimule candidaturas conjuntas a projetos, que identifique grandes linhas temáticas que agreguem investigadores de diferentes instituições. Este não é um trabalho simples, já que implica um debate profundo sobre o que faz sentido agregar, uma avaliação sobre que colaborações fazem sentido e até um debate sério sobre que Linguística tem capacidade competitiva num plano internacional. De certa forma, uma plataforma deste tipo aproxima-nos do desejo inicial dos fundadores da Associação. Quando foi fundada, pelas discussões e conclusões que lemos nas atas, a APL pretendia estabelecer uma plataforma de reflexão conjunta para que os linguistas portugueses pudessem afirmar conjuntamente a presença da Linguística nas universidades, nos percursos de formação, no ensino da língua materna e na capacitação dos centros de investigação. Hoje, pelas melhores e pelas piores razões (em parte pela pressão a que somos sujeitos por esta maldita crise), faz sentido que a APL seja fórum de discussão para percebermos como fortalecer a Linguística portuguesa.



Em suma, estou a aproveitar este momento de evocação e de elogio da APL para lançar ideias que, reafirmando a missão da Associação, podem ajudar-nos a desenhar o futuro: pela divulgação da Linguística, pela afirmação social da Linguística, pela apreciação dos perfis de formação em Linguística e pela capacitação da investigação através de projetos nacionais que contrariem a pulverização institucional.

Tenho acompanhado recentemente várias formas de organização de centros de investigação em várias áreas das CSH e é evidente que os que estão mais robustos são os que se constituíram formal ou informalmente em rede, atraindo parcerias internacionais e tornando-se polos de atração para grandes projetos e consórcios nacionais.

Concluo como comecei, reafirmando a dificuldade da tarefa que me foi confiada e na certeza de que esta evocação é muito mais pobre do que o conjunto das memórias de todos os que temos vivido a história da APL.

Todos estamos recheados de pormenores e há tantos episódios bons de reviver. Não é possível pensar a APL sem nos lembrarmos de todas as assembleias gerais, nos tempos em que o Ernesto d'Andrade as animava, sem lembrarmos quem achava que a Sónia Frota era a fotógrafa da Associação, sem nos lembrarmos do estudante que chamou ao nosso logótipo “os surdos-mudos”, sem comentarmos os melhores jantares comemorativos, quem já ganhou o prémio de investigação, sem nos rirmos sadicamente de todos os que aceitaram ser tesoureiros.

A Associação tem vivido também graças a todos os que aceitaram integrar os seus órgãos de direção. Em homenagem a todos, relembro aqui os primeiros órgãos sociais da APL constituídos da seguinte forma:

Direção:

Presidente: Maria Helena Mira Mateus

Vice-Presidente: José Victor Adragão

Tesoureira: Maria Francisca Xavier

Secretária: Maria do Céu Viana



Secretária: Maria da Graça Pinto

Mesa da Assembleia Geral:

Presidente: Óscar Lopes

Vice-Presidente: Clarinda Maia

Secretário: António José Miranda

Secretário: Raúl de Almeida

Conselho Fiscal:

Presidente: José Azevedo Ferreira

Vogal: Carlos Guimarães

Vogal: Maria Luisa Azuaga

Discutia-se há uns anos, numa Assembleia Geral, qual seria a vantagem de ser sócio da APL. Não há vantagens óbvias. Não esperamos acumular pontos como em qualquer cartão de gasolinera por vir a muitos encontros. A vantagem principal está no sentimento de construção de uma comunidade científica que se fortalece e que pode contribuir para a valorização da Linguística portuguesa. Como qualquer outra associação, não devemos procurar benefícios individuais, mas ao contrário perceber como é que o contributo de cada indivíduo beneficia este coletivo de investigadores.

Sei que já não me qualifico como jovem investigador, mas ainda me sinto na capacidade de agradecer, em nome dos mais novos, ao legado que nos é deixado. Cabe a quem ainda tem vários anos de carreira pela frente garantir que a APL continua a cumprir a sua missão.

Parabéns a todos nós, parabéns à Linguística portuguesa.

